

## **A IMPORTÂNCIA DE OBJETOS DE APRENDIZAGEM NO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO PARA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS**

Lenin Mendes Costa

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional  
e Tecnológica do Instituto Federal de Alagoas - Campus Benedito Bentes.  
lenincosta@yahoo.com

Ana Paula Santos de Melo Fiori

Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional  
e Tecnológica do Instituto Federal de Alagoas - Campus Benedito Bentes.  
ana.fiori@ifal.edu.br

### **RESUMO**

O processo de inclusão de alunos surdos no ambiente educacional, ainda representa um grande desafio para a maioria das instituições de ensino, especialmente no tocante ao ensino profissional. Desta forma, desenvolveu-se uma pesquisa com o intuito de avaliar a questão da introdução de materiais didáticos adaptados para melhorar o processo de aprendizagem dos alunos surdos do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Meio Ambiente no Instituto Federal de Alagoas, Campus Marechal Deodoro (IFAL-MD). Para tanto utilizou-se o método qualitativo, através de pesquisa diagnóstica, com os alunos surdos da referida instituição. Observou-se a existência de iniciativas na questão de inclusão de materiais didáticos adaptados visando a melhoria do processo de ensino e aprendizagem do público em questão, porém de forma isolada e incipiente, sendo sugerido que a instituição busque estratégias de desenvolvimento de materiais didáticos adaptados que possam suprir totalmente a necessidades diferenciadas dos alunos surdos, de forma a favorecer tanto o processo de ensino como o processo de aprendizagem, além buscar a totalidade do cumprimento da legislação que trata da inclusão da Pessoa com Deficiência nas instituições federais de ensino, em especial dos alunos surdos que estudam na instituição.

**Palavras-chave:** Ensino. Produto Educacional. Material Adaptado. Inclusão.

### **ABSTRACT**

The process of including deaf students in the educational environment is still a major challenge for most educational institutions, especially with regard to professional education. In this way, a research was developed in order to evaluate the issue of the introduction of didactic materials adapted to improve the learning process of deaf students of the Technical Course of Integrated Middle Level in Environment at the Federal Institute of Alagoas, Campus Marechal Deodoro ( IFAL-MD). For that, the qualitative method was used, through diagnostic research, with the deaf students of that institution. It was observed the existence of initiatives in the question of inclusion of adapted didactic materials aiming to improve the teaching and learning process of the public in question, however in an isolated and incipient way, being suggested that the institution seeks strategies of development of adapted didactic materials that can fully meet the different needs of deaf students, in order to favor both the teaching process and the learning process, in addition to seeking full compliance with the legislation dealing with the inclusion of People with Disabilities in federal educational institutions, in particular deaf students studying at the institution

**Keywords:** education, adapted material and inclusion



## INTRODUÇÃO

Com a publicação da Lei 12.711/2012 ficou obrigatória a inserção de pessoas com deficiências nas instituições federais de ensino médio, o que permitiu, entre outras, a inclusão de pessoas surdas nos Institutos Federais por meio de cotas (BRASIL, 2012).

No que diz respeito à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, Menezes (2020, p. 14) entende que, apesar dos avanços obtidos com a previsão legal da reserva de vagas às pessoas com deficiências, existem algumas lacunas nesse acolhimento, tais como: “i) a divergência dos métodos a serem adotados nos processos de ensino; ii) o desconhecimento a respeito da realidade educacional dessas pessoas; e iii) políticas públicas que se limitam apenas na aquisição de direitos e garantias”.

Confrontando as fragilidades das propostas de inclusão com a realidade dos espaços escolares brasileiros, Malmann et al. (2014, p. 132), põe “em questão a própria ideia de inclusão como política que, simplesmente, propõe a inserção dos alunos nos contextos regulares de ensino, sem maiores preocupações com a qualidade da formação ofertada e da inclusão”

Os Institutos Federais (IFs) são compreendidos “como agências relevantes na concretização de políticas públicas sociais, sobretudo, na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no cenário brasileiro”, tendo [...] “como foco a justiça social e a equidade e reafirmam seu comprometimento com a formação humana, reflexiva e cidadã” e que as necessidades da diversidade da sociedade serão atendidas [...] “por meio da acessibilidade e inclusão, a todos os sujeitos integrantes dessa diversidade social brasileira”. (CARVALHO; CAVALCANTI, 2020, p. 11-12). No entanto, os autores ressaltam “que a inclusão social na EPT não se limita à acessibilidade do aluno com deficiência aos espaços, mas deve conter em seu bojo a perspectiva de esse sujeito participar e efetivamente pertencer ao espaço escolar e à sociedade de um modo geral” (p. 13).

O Instituto Federal de Alagoas - Campus Marechal Deodoro – IFAL/MD, registrou a presença do primeiro aluno surdo no ano de 2017 matriculado no Curso de Meio Ambiente. No ano seguinte houve o ingresso do segundo aluno no mesmo curso.

A educação especial representa um desafio para o IFAL/MD, em especial para inserção do aluno surdo, devido a pouca difusão de Libras em suas dependências (MENEZES, 2020). No entanto, para o processo de ensino existem materiais didáticos que facilitam a aprendizagem desses alunos.



O problema quanto à possibilidade de uso de materiais didáticos como ferramenta de ensino na educação profissional, segundo Moreira e Ribeiro (2016, p. 106) se deve à carência desses materiais pensados de acordo com as características dos cursos e perfil dos estudantes. De forma semelhante, para Silva e Guimarães (2015, p. 145) “a escassez de materiais didáticos é um dos problemas que, juntamente com a falta de formação de professores, precisa ser devidamente considerado” (SILVA; COSTA; LOPES, 2014). Completando esse raciocínio, Teixeira e Baalbaki (2014, p. 28) acrescentam: “Levando em conta a produção dos materiais didáticos, verifica-se que os poucos existentes não abordam o conteúdo por meio de uma metodologia voltada para o aprendiz surdo”.

Policarpo e Steinle, (p. 7) entendem que incorporar recursos alternativos, como a mídia impressa, recursos didático-pedagógicos e tecnológicos, poderá ser um caminho mais seguro e eficiente para a escola, já que torna a prática pedagógica mais dinâmica e o aluno mais ativo no processo. E, em seguida, concluem:

É diversificando as atividades, trabalhando conteúdos e utilizando recursos alternativos que se consegue a participação ativa do aluno no processo ensino-aprendizagem e consequentemente o seu crescimento pessoal, de forma que, possa aplicar e utilizar os conhecimentos adquiridos na prática social. (POLICARPO; STEINLE, 2017, p. 8)

Diante desse quadro e pensando na inclusão do aluno surdo do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Meio Ambiente (MA) no referido instituto, pergunta-se: o IFAL/MD possui material didático adaptado que possa contribuir com o processo de aprendizagem dos alunos surdos?

Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo principal desenvolver uma pesquisa no intuito de avaliar a questão da introdução de materiais didáticos adaptados para melhorar o processo de aprendizagem dos alunos surdos.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa<sup>1</sup> foi realizada no Instituto Federal de Alagoas - Campus Marechal Deodoro – IFAL/MD, com os alunos surdos do Curso Técnico de Nível Médio integrado em Meio Ambiente, que estão cursando a terceira e quarta série do ensino médio. Tendo como participantes da pesquisa toda a população presente de discentes surdos da referida instituição, e, consequentemente, um nível de confiança de 100%.

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (CEP-UNCISAL) e aprovado por meio de parecer consubstanciado em agosto de 2020.



Essa pesquisa aborda o método qualitativo do tipo estudo de caso, que “consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados, de acordo com o assunto da pesquisa” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 60) e como instrumento a entrevista, que “permite a captação imediata e corrente da informação desejada” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 34).

Para avaliar a questão da introdução de materiais didáticos adaptados para fins de melhorias no processo de aprendizagem dos alunos surdos, realizou-se um diagnóstico por meio do formulário desenvolvido através da ferramenta Google Forms. O mesmo também buscou analisar a situação dos alunos surdos em situação de aprendizagem na referida rede pública de ensino, como também, revelar possíveis dificuldades enfrentadas por eles e apontar caminhos que possam ser usados para facilitar seu pleno desenvolvimento como cidadão detentor de direitos.

O questionário continha perguntas de múltiplas escolhas e, do mesmo modo, com a opção de desenvolver comentário relativo a cada pergunta.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Nas últimas décadas, o Brasil vem alcançando avanços significativos quando a temática versa sobre desenvolvimento e inclusão de políticas sociais, que tenham, como foco principal, uma maior inserção daquelas pessoas que apresentam alguma forma de deficiência psíquica, fisiológica ou anatômica, sejam elas congênitas ou adquiridas. Como exemplo dessa política, podemos citar a Lei 13.146/2015, que trata da inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência); a Lei 10.436/2002 que conceitua no parágrafo único do artigo 1º: Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. Tem ainda o Decreto 5.626/2005 que a regulamentou, entre outras.

É de conhecimento público que as pessoas surdas se utilizam da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS para conseguir algum nível de comunicação entre seus pares ou outrem. No entanto, da mesma forma, sabemos que a LIBRAS não teve a difusão necessária na sociedade a ponto de tornar-se um veículo de intercâmbio capaz de promover a interação entre os indivíduos surdos e ouvintes; ao contrário, ela se estabeleceu quase que totalmente dentro das comunidades surdas que tiveram acesso a algum tipo de ensino.





Aqueles indivíduos surdos que moram distantes dos grandes centros urbanos ficaram alijados, totalmente ou em parte, da possibilidade de aprender a língua. Com isso, o campo de comunicação dos surdos ficou bastante limitado, já que a grande maioria das pessoas ouvintes desconhece a LIBRAS. De acordo com Costa:

[...] a Libras, embora oficializada, segue desconhecida pela maioria da sociedade e, à semelhança de outros idiomas minoritários como as diversas línguas indígenas, não possui prestígio social e sua utilização permanece restrita a segmentos em que haja a aglutinação de pessoas surdas como: associações, escolas especiais, pastorais e ministérios, se considerarmos as formas de organização de igrejas católicas e evangélicas, respectivamente. (COSTA, 2018, p. 297)

O artigo 2º do Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005) afirma que a pessoa surda compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais. Esse entendimento confirma a predominância da visão para a formação intelectual e fator de identidade cultural que se dá por meio do uso da língua de sinais - Libras.

No campo educacional o grande desafio à aprendizagem do aluno surdo na escola passa pelo desenvolvimento de uma linguagem que permita que as interações educacionais se estabeleçam no ambiente de ensino de modo que o processo cognitivo se efetive adequadamente.

Devido à sua especificidade linguística, a escolarização desse grupo torna-se um processo bastante complexo, pois existem diversos fatores que dificultam o pleno acesso ao conhecimento. O primeiro deles é o acesso à informação que se dá por meio da língua de sinais. Os surdos recebem a informação linguística pela visão em uma modalidade espaço-visual, diferentemente da modalidade oral-auditiva utilizada pelos ouvintes. (RESENDE, 2010, p. 14)

O aprendizado do aluno surdo, ainda de acordo com Resende (p. 15), fica prejudicado pela ausência de materiais didáticos adequados que o ajude no seu processo de ensino, principalmente porque a maioria dos materiais produzidos se utiliza da língua portuguesa oral e escrita, com textos difíceis, dificultando ao aluno surdo ler e compreender algo em uma língua que ele não domina. “A comunidade surda requer especial atenção no uso de recursos visuais a serem aplicados no seu processo de ensino-aprendizagem”, conclui a autora.

Nesse sentido, é preciso investir em metodologias específicas e propostas mediadoras que percebam as necessidades do aluno surdo, viabilizando materiais didáticos apropriados e situações nas quais poderiam ser utilizados de forma a atingir uma aprendizagem significativa dos conceitos científicos além de, aprimorar o ensino de português como segunda língua. (RESENDE, 2010, p. 15)



Lacerda (2007, p. 258) entende que “a aquisição e o desenvolvimento da linguagem são fundamentais para a construção de processos cognitivos e para que sejam estabelecidas as relações sociais.” A autora (p. 259) observa que as crianças surdas estão defasadas quanto à escolarização por questões relacionadas à linguagem, “sem o adequado desenvolvimento e com um conhecimento aquém do esperado/desejado para a idade”.

A linguagem, além de sua função comunicativa, interfere significativamente na organização do pensamento, sendo essencial para o desenvolvimento cognitivo. Assim, no caso de crianças surdas, o atraso de linguagem pode trazer como consequências problemas emocionais, sociais e cognitivos, mesmo que haja o aprendizado de uma língua tardiamente. (LACERDA, 2007, p. 258)

Todo esse processo comunicativo requer maior atenção quando se pretende enfrentar surdez no ambiente escolar, pois será necessário o envolvimento de fatores interativos que contribuam com o desenvolvimento emocional desse aluno. Superar a barreira comunicacional desse aluno surdo é o primeiro passo. Para Rebelo (2002, p. 381), “comunicar significa trocar ideias, sentimentos e experiências entre pessoas. Comunicar é, pois, um complexo sistema simbólico constituído por sinais verbais, sinais escritos e sinais não verbais”.

Quando a criança surda é filha de pais surdos, a língua que aprende em seu ambiente está de acordo com as suas capacidades linguísticas, sendo-lhe a língua, portanto, acessível. Porém, como se dará esta aquisição para uma criança surda, filha de pais ouvintes sem o domínio da língua de sinais? (CARVALHO; SANTOS, 2016, p. 193)

A falta de efetividade na comunicação, especialmente na fase inicial da vida da criança, tem o condão de promover variados desvios comportamentais e psíquicos numa pessoa, com possibilidades reais de produzir barreiras ao processo de aprendizagem, e que, de acordo com Freud (1976), um ambiente onde a natureza e a qualidade das relações estão comprometidas a formação do processo emocional dessa criança estará, inevitavelmente, comprometido para estabelecimento sadio do comportamento e, de igual modo, do conhecimento.

Como consequência, os relacionamentos posteriores terão que arcar com essa herança emocional, que se produzida na infância, vão ocasionar diferentes obstáculos no momento em que a criança surda se transformar num estudante surdo numa instituição inclusiva de ensino.

Para Glat e Fernandes (2005) destacam a educação especial se utilizou dos avanços da Pedagogia e da Psicologia da Aprendizagem, notadamente, na questão comportamental, de forma que “o desenvolvimento de novos métodos e técnicas de ensino baseados nos



princípios de modificação de comportamento e controle de estímulos permitiu a aprendizagem e o desenvolvimento acadêmico desses sujeitos, até então aliados do processo educacional”.

Para que o aluno surdo se integre no processo cognitivo no mesmo nível de seus colegas ouvintes será preciso o apoio específico de alguns elementos criados para auxiliá-los em ambiente escolar, por exemplo, o intérprete de libras e/ou instrumentos tecnológicos específicos (*hand talk, ProDeaf, Rybená, Whatsapp, Skype, etc.*).

Da mesma forma, uma cartilha digital ilustrada adaptada se configura como um produto pedagógico capaz de auxiliar o professor e o aluno surdo em sala de aula no processo de ensino e aprendizagem. O conteúdo do material didático adaptado pode ser trabalhado pelo professor numa abordagem inclusiva, apoiando-se numa metodologia adequada, de forma a facilitar o problema da linguagem e de integrá-lo ao processo cognitivo.

Materiais didáticos-pedagógicos adaptados constituem uma ferramenta importante para promover a inclusão social de alunos surdos diante da barreira comunicacional na escola, já que os conteúdos escolares são preparados para alunos ouvintes, em sua maioria. Desse modo, esses instrumentos trabalham a diversidade de cada aluno conforme sua necessidade, permitindo a sua integração e sensação de pertencimento ao grupo de discente.

Freitas (2007, p. 21) conceitua esse tipo de material como “todos e qualquer recurso utilizado em procedimento de ensino, visando à estimulação do aluno e à sua aproximação do conteúdo”. Para Silva et al. (2017, p. 22) “a escolha depende de fatores como a visão do educador acerca do recurso, a finalidade de sua utilização, a disponibilidade financeira para sua aquisição e principalmente da aceitabilidade dos alunos”.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Partindo dos resultados referentes à pesquisa diagnóstica, quando perguntado aos alunos se eles já haviam estudado com material didático adaptado. 50% confirmou que já havia estudado com esse tipo de material, enquanto 50 % alegou não ter estudado. Ainda é preciso ressaltar que nessa mesma pergunta houve um comentário onde se afirmava o desconhecimento quanto à existência de materiais didáticos adaptados no campus.

Esse dado configura-se como preocupante, visto que, pode influenciar no processo de aprendizagem dos alunos surdos da instituição, além disso o Decreto 5.626/2005, (art. 28, V) pede a adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino. No processo de



ensino, o uso de um recurso pedagógico adaptado pode ser interessante para o aprendizado do aluno ouvinte; no entanto, para o aluno surdo, o uso do mesmo objeto pode ser de fundamental importância no desenvolvimento intelectual e social.

Num segundo momento foi perguntado se os alunos gostariam de estudar com auxílio de material didático adaptado. Todos responderam afirmativamente. Sendo destacado que esse tipo de material iria ajudar no processo de aprendizagem.

Segundo Quadro e Schmiedt:

São inúmeros os recursos didáticos que podem ser utilizados na educação de surdos. O aspecto que faz a diferença é, sem dúvida, a criatividade do professor. (...) Muitos destes recursos não estão aí, prontos para serem adquiridos, precisam ser confeccionados, precisam ser criados. (QUADROS; SCHMIEDT, 2006, p. 99)

Na terceira pergunta solicitou que fosse indicada a dificuldade que o aluno tinha para compreender o conteúdo ministrado em sala de aula. As respostas foram as seguintes:

Aluno A: Quando não tenho interpretação em língua de sinais e quando o material não é adaptado para surdo, o que é a maioria das vezes. Os professores são muito oralistas.

Aluno B: Muitas dificuldades surgem todos os dias. Alguns professores não adaptam as aulas e as atividades. Alguns professores pedem para que eu leia livros e isso é muito difícil. Eles não indicam filmes com tradução em libras, relacionados ao tema abordado em sala. Faltam imagens, fórmulas etc.

Esses relatos demonstram que o Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Meio Ambiente precisa realizar mudanças para se adequar, por completo, a Lei Brasileira de Inclusão, pois cabe ao poder público o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, entre outros (BRASIL, 2015).

Percebe-se também que a ocasional falta de intérprete em sala de aula fere a legislação especializada e provoca um prejuízo ao aprendizado do aluno surdo, no sentido de que ele é o profissional competente para prestar apoio às instituições de ensino quanto à comunicação entre ouvintes e surdos na escola (BRASIL, 2010). Além do mais, fica evidente a urgência de os professores buscarem um aperfeiçoamento de métodos e técnicas pedagógicas que atendam ao processo de ensino e aprendizagem desses alunos.

A quarta pergunta foi a seguinte: A falta de material didático adaptado pode ser um fator de abandono do ensino? Os dois alunos responderam de forma afirmativa. Ainda houve o seguinte comentário: Sim, porque nós somos visuais, usamos outra língua a Libras. O MEC precisa olhar para nós.





Esse alerta ao Ministério da Educação (MEC) significa que em algum momento de implantação das políticas públicas de inclusão do surdo no sistema educacional ocorrem falhas que impossibilitam a efetivação dessa política e que, precisam ser corrigidas urgentemente.

No último questionamento foi solicitado que os alunos informassem, dentro de uma lista indicada, com quais materiais adaptados para pessoas com deficiência tinham estudado. O Aluno A: assinalou que havia estudado com produção audiovisual com intérprete de libras; enquanto o Aluno B: informou que estudou com materiais parcialmente adaptados.

Esses dados da pesquisa sugerem que o Curso Técnico de Nível Médio integrado em Meio Ambiente necessita de intervenções relacionadas a produção de materiais didáticos adaptados visando tanto a melhoria no processo de ensino e aprendizagem do alunos surdos como atendimento aos termos da legislação especializada (Lei nº 10.436/2002; Decreto Nº 5.626/2005; Lei nº 12.319/2010; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.146/2015, entre outras) que trata da inclusão de surdo no sistema educacional.

Observou-se que o uso de recursos didáticos adaptados para os alunos surdos ainda se encontra bastante limitado dentro do ambiente escolar, precisando que a instituição de ensino se mobilize para reverter esse quadro de forma a promover pesquisas, novos métodos e técnicas pedagógicas, no sentido de criar produtos educacionais e estratégias que atendam às necessidades deles e proporcionem condições efetivas de aprendizagem.

Em estudo, Menezes e Fiori (2019, p. 13) informam que o desconhecimento da língua de sinais, a ausência de recursos para a comunicação dentro do IFAL e o número reduzido de intérpretes de libras contribuem para que a socialização dos alunos surdos se dê de forma precária, trazendo consequências ao processo de ensino e aprendizagem desses alunos.

A falta de profissionais tradutores e intérpretes de Libras, mesmo que ocasionalmente, bem como materiais pedagógicos de apoio adaptados, como determina a lei, contribuem de forma negativa para o não acompanhamento e assimilação do conteúdo por parte dos alunos surdos durante o processo de ensino, trazendo prejuízos a sua formação intelectual.

O Decreto nº 5.626/2005 informa que o acesso das pessoas surdas à comunicação, à informação e à educação está garantido obrigatoriamente nas instituições federais de ensino, de modo que serão disponibilizados equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, vê-se que o IFAL-MD, apresenta iniciativas relacionadas a inclusão de alunos surdos em seus processos educacionais, porém, necessita de intervenções para se adequar por completo as políticas públicas que trabalham com a diversidade de forma a atender às expectativas das Pessoas com Deficiências (PcD) dentro de suas dependências.

Entre as medidas que podem ser adotadas, sugere-se o desenvolvimento objetos de aprendizagem, especialmente materiais didáticos adaptados, visto que os mesmos podem contribuir como um importante instrumento de inclusão e viabilidade profissional para o aluno surdo, especialmente no tocante ao ensino profissional.

Ressata-se também a necessidade de ampliação de parceria entre a pesquisa científica e a produção de materiais adaptado, de forma a promover um nível de excelência que seja capaz de suprir as carências e promover a inclusão das pessoas com deficiência no sistema educacional de forma a capacitá-los ao desenvolvimento da formação humana, reflexiva e cidadã.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e da outras providências.** Brasília, abr 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em 02 ago 2020.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 02 de dezembro de 2005. **Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Brasília, dez 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-006/2004/Decreto/D5296.htm#art70](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-006/2004/Decreto/D5296.htm#art70). Acesso em: 02 ago 2020.

BRASIL. Lei 12.319, de 01 de setembro de 2010. **Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm) Acesso em: 07 ago 2020.

BRASIL. Lei nº 12.711, de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm) Acesso em: 02 ago 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Disponível em:



[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm) Acesso em: 04 ago 2020.

CARVALHO, D. M.; SANTOS, L. R. de L. Pais ouvintes, filho surdo: causas e consequências na aquisição da língua de sinais como primeira língua. **Revista Sinalizar**, v.1, n.2, p. 190-203, jul./dez. 2016.

CARVALHO, E. Q.; CAVALCANTI, R. J. de S. Inclusão na Educação Profissional e Tecnológica: abordagem emancipatória do trabalho como princípio educativo. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 5, 2020. Disponível em: <https://rsd.unifei.edu.br/index.php/rsd/article/view/3219> Acesso em: 25 abr. 2020.

COSTA, L. da. Adaptação de materiais/recursos na educação de surdos: uma revisão bibliográfica. **Comunicações**, Piracicaba v. 25 n. 3 p. 293-320 set.-dez. 2018. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/3769> Acesso em: 06 ago 2020.

FREITAS, Olga. **O equipamento e materiais didáticos**. Brasília. Universidade de Brasília, 2007.

FREUD, Sigmund. **Obras Completas. Sobre a psicologia escolar**. Rio de Janeiro: Imago, 1976 (1914 - v. 13).

GLAT, Rosana; FERNANDES, E. M. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma Breve Reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira. Faculdade de Educação/Universidade do Estado do Rio de Janeiro. **Revista Inclusão**, nº 1, 2005, MEC/ SEESP.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. O que dizem/sentem alunos participantes de uma experiência de inclusão escolar com aluno surdo. **Revista Brasileira Educação Especial**, Marília, Mai.-Ago., 2007, v.13, n.2, p.257-280

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. - São Paulo: EPU, 1986.

MALLMANN, F. M. et al. A inclusão do aluno surdo no ensino médio e ensino profissionalizante: um olhar para os discursos dos educadores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 20, n. 1, p. 131-146, Jan.-Mar., 2014

MENEZES, M. R. de O. **Formação de professores para promoção da inclusão escolar de alunos surdos no contexto da educação profissional e tecnológica de nível médio**. 2020, 126 f. Maceió, 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Alagoas, campus Benedito Bentes, Maceió, 2020.

MENEZES, M. R. de O.; FIORI, A. P. S. de M. **A socialização no processo de ensino e aprendizagem de alunos surdos no Instituto Federal de Alagoas – campus Marechal Deodoro**. ANINTER/SH – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em sócias e Humanidades -VIII CONINTER - Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, Maceió/AL – 28 a 31 de outubro de 2019.



MOREIRA, J. R.; RIBEIRO, J. B. P. Educação profissional e o material didático para o ensino de informática: proposta de sequência didática à luz da análise discente. **Projeção e Docência**, volume 7, número 2, p. 106-114, ano 2016.

POLICARPO, I.; STEINLE, M.C.B.(2017). **Contribuições dos recursos alternativos para a prática pedagógica**. Disponível em:  
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2345-8.pdf> Acesso em: 10 ago 2020.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUADROS, R. M. de; SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. – Brasília: MEC, SEESP, 2006. 120 p.

REBELO, António. **Comunicação e locus social da criança surda**. *Análise Psicológica* v.20 n.3, Lisboa, jul.2002.

RESENDE, M. M. P. **Avaliação do uso de modelos qualitativos como instrumento didático no ensino de ciências para estudantes surdos e ouvintes**. 2010, 162 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências – Área de Concentração “Ensino de Biologia”) - Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências da Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SILVA, A. da C. M. et al. **A importância dos recursos didáticos para o processo ensino-aprendizagem**. *Arquivos do MUDI*, Maringá, vol. 21, n. 02, p. 20-31, 2017.

SILVA, G. M. da; GUIMARÃES, A. B. C. Desenvolvimento de materiais didáticos de português para surdos articulando necessidades da educação básica e formação de graduandos. In: SEMANA DE EVENTOS DA FACULDADE DE LETRAS, 12, 2015, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2015, p. 143-156.

SILVA, G. M. da; COSTA, J. M. da; LOPES, L. P. S. Formação de Professores de Português para Surdos: entre o ideal, o real e o possível. **Caminhos em Linguística Aplicada**, Taubaté, Brasil, v.11, n. 2, p. 1-23, 2014.

TEIXEIRA, V. G.; BAALBAKI, A. C. F. Novos caminhos: pensando materiais didáticos de língua portuguesa como segunda língua para alunos surdos. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 13, n. 2, p. 25-36, jul./dez. 2014.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.